

Oficiais de contas evitaram que descambasse mais

Alberto João Jardim presidiu à sessão de abertura da conferência internacional do CILEA



Alberto João Jardim disse ontem que se não fosse o trabalho dos técnicos oficiais de contas o País «ainda tinha descambado mais», porque «muitas empresas não tinham encontrado o rumo certo e não tinham sabido resistir» à crise.

O presidente do Governo Regional falava na sessão de abertura da XXII Conferência Internacional do CILEA - Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Conta, que trouxe ao Funchal representantes de 18 países, para falar sobre os desafios que se apresentam às Pequenas e Médias Empresas (PME).

«Quero agradecer a opção pela Madeira, especialmente depois do ano muito difícil com uma série de catástrofes», começou por dizer, no arranque da cerimónia, no Centro de Congressos da Madeira.

Num discurso onde houve várias referências elogiosas ao trabalho dos técnicos oficiais de contas, nomeadamente o «contributo decisivo» que deram para a sobrevivência das empresas e para a sustentabilidade do emprego, o presidente começou por felicitar o sentido de oportunidade destes profissionais ao trazerem à reflexão os problemas que afectam as PME.

Na presença de vários estrangeiros, o chefe do Executivo madeirense falou do «fundamentalismo» em torno da redução do défice e da opção «errada» de considerar que a economia é um instrumento das finanças.

«O que se está a fazer em Portugal, por exemplo - e por isso é que eu saúdo aqueles países que já começaram o ciclo da recuperação - é uma espécie de “pescadinha de rabo na boca”, ou seja, vai-

se provocando a recessão, vai havendo mais desemprego, o Estado tem mais despesa no sector social, o Estado arrecada menos receitas fiscais e a situação vai-se agravando», disse. Para Alberto João Jardim, as PME, que representam o grosso do tecido empresarial português e madeirense, têm de sobreviver «até para defesa das liberdades democráticas».

«Eu penso que estas PME são decisivas para as liberdades, porque são a espinha dorsal de uma sociedade democrática», alegou, considerando que «aquilo que se está a fazer é absolutamente errado porque é uma política contra as PME, é uma política de aguentar os grandes especuladores financeiros e, sobretudo, é uma política de estar a sobrecarregar o povo para manter a funcionar um Estado gigantesco, que não precisa de ter a dimensão que tem e que se deve limitar apenas à intervenção naqueles sectores em que, pela natureza da sua missão social, deve estar presente». A finalizar, Alberto João Jardim disse depositar «muita esperança» nos técnicos oficiais de contas para «aguentarem» as PME.

Bastonário espera discussão séria

Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, disse ontem de manhã esperar uma discussão «séria e profunda» sobre os problemas que atravessam as Pequenas e Médias Empresas nos 18 países representados no Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Contas.

Domingues de Azevedo explicou também a opção por realizar uma conferência sobre as PME em vez de focalizar a atenção nos grandes grupos económicos.

«Pensamos que é tempo de vermos a realidade concreta do nosso País», justificou, recordando que 99% das empresas portuguesas são pequenas ou médias e dentro da União Europeia existem 75 milhões.

O bastonário defendeu ainda a necessidade dos técnicos oficiais de contas apostarem no fornecimento dos elementos necessários às empresas para que estas possam tomar as decisões acertadas.

Ideias para a futuro da profissão

Norberto O. Barbieri, presidente do Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos, defendeu ontem a introdução de modelos eficientes de actuação e a acreditação internacional como uma forma de reconhecimento ao nível mundial do trabalho que os técnicos oficiais de contas fazem. Norberto O. Barbieri disse-o ontem durante a cerimónia de abertura na conferência que decorreu no Funchal e que, entre outros temas, debateu os problemas que afectam as pequenas e médias empresas.

Administração pública à inglesa

Alberto João Jardim defende a administração pública à inglesa, em que se mantém absolutamente

independente da política e em relação à qual os cidadãos têm confiança porque sabem qual for o partido no poder aquela administração pública não é permeabilizada, não é alterada, porque responde perante o Estado e os partidos não brincam.

Comité concentra representantes de 18 países

A XXII Conferência Internacional do CILEA - Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Contas trouxe à Madeira profissionais de 18 países, sendo cinco europeus - Portugal, Espanha, França, Itália e Roménia - e 13 da América Latina, nomeadamente Brasil, Venezuela, México, Bolívia, Colômbia e Chile.

A presidência do Comité é hoje assegurada pela Argentina.

Fonte: Jornal da Madeira



Comentários

A opinião veiculada nos comentários é a dos seus autores e não da ZON MADEIRA.

Todos os comentários devem ser de leitores identificados e conter endereço de e-mail válido..

Os comentários são da responsabilidade exclusiva dos seus autores..

Será responsabilizado o autor de qualquer comentário susceptível de lesar o bom nome, a honra ou a imagem de pessoas ou instituições, bem como o autor de qualquer comentário injurioso, ofensivo ou contrário às leis portuguesas..

Qualquer comentário pode, a qualquer momento, ser rejeitado ou retirado pela ZON MADEIRA, sem necessidade de justificação..



Mostrando 0 comentários

Ordenar por: Antigos primeiro



[Notificar por e-mail](#)



[Inscrever-se por RSS](#)

Adicionar novo comentário

Digite seu comentário aqui.

Comentar como ...

URL de Trackback

Outras notícias em "Madeira":

- [Infracções contra trabalhadores custam um milhão e 700 mil euros de multas às empresas](#)



■ ALBERTO JOÃO JARDIM PRESIDIU À SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO CILEA

Oficiais de contas evitaram que descambasse mais

Alberto João Jardim disse ontem que se não fosse o trabalho dos oficiais de contas Portugal «ainda tinha descambado mais». Jardim deposita muita esperança nestes profissionais para aguentarem as PME nesta crise.



Conferência promove debate sobre os problemas que as PME enfrentam.

Alberto João Jardim disse ontem que se não fosse o trabalho dos técnicos oficiais de contas o País «ainda tinha descambado mais», porque «muitas empresas não tinham encontrado o rumo certo e não tinham sabido resistir» à crise.

O presidente do Governo Regional falava na sessão de abertura da XXII Conferência Internacional do CILEA – Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Conta, que trouxe ao Funchal representantes de 18 países, para falar sobre os desafios que se apresentam às Pequenas e Médias Empresas (PME).

«Quero agradecer a opção pela Madeira, especialmente de

pois do ano muito difícil com uma série de catástrofes», começou por dizer, no arranque da cerimónia, no Centro de Congressos da Madeira.

Num discurso onde houve várias referências elogiosas ao trabalho dos técnicos oficiais de contas, nomeadamente o «contributo decisivo» que deram para a sobrevivência das empresas e para a sustentabilidade do emprego, o presidente começou por felicitar o sentido de oportunidade destes profissionais ao trazerem à reflexão os problemas que afectam as PME.

Na presença de vários estrangeiros, o chefe do Executivo madeirense falou do «fundamentalismo» em torno da redução do défice e da opção «errada» de

«Sobrecarregar as populações com sacrifícios, inviabilizar as PME só para aguentar o Estado monstro, o estado polvo, isso não pode ser aceite até por coerência com os ideais democráticos, de liberdade de escolher e de liberdade de investir», disse Jardim.

considerar que a economia é um instrumento das finanças.

«O que se está a fazer em Portugal, por exemplo - e por isso é que eu saúdo aqueles países que já começaram o ciclo da recuperação - é uma espécie de “pescadinha de rabo na boca”, ou seja, vai-se provocando a recessão, vai havendo mais desemprego, o Estado tem mais despesa no sector social, o Estado arrecada menos receitas fiscais e a situação vai-se agravando», disse. Para Alberto João Jardim, as PME, que representam o grosso do tecido empresarial português e madeirense, têm de sobreviver «até para defesa das liberdades democráticas».

«Eu penso que estas PME são decisivas para as liberdades, porque são a espinha dorsal de uma sociedade democrática», alegou, considerando que «aquilo que se está a fazer é absolutamente errado porque é uma política contra as PME, é uma política de aguentar os grandes especuladores financeiros e, sobretudo, é uma política de estar a sobrecarregar o povo para manter a funcionar um Estado gigantesco, que não precisa de ter a dimensão que tem e que se deve limitar apenas à intervenção naqueles sectores em que, pela natureza da sua missão social, deve estar presente». A finalizar, Alberto João Jardim disse depositar «muita esperança» nos técnicos oficiais de contas para «aguentarem» as PME. □



Bastonário espera discussão séria

Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, disse ontem de manhã esperar uma discussão «séria e profunda» sobre os problemas que atravessam as Pequenas e Médias Empresas nos 18 países representados no Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Contas.

Domingues de Azevedo explicou também a opção por realizar uma conferência sobre as PME em vez de focalizar a atenção nos grandes grupos económicos.

«Pensamos que é tempo de vermos a realidade concreta do nosso País», justificou, recordando que 99% das empresas portuguesas são pequenas ou médias e dentro da União Europeia existem 75 milhões.

O bastonário defendeu ainda a necessidade dos técnicos oficiais de contas apostarem no fornecimento dos elementos necessários às empresas para que estas possam tomar as decisões acertadas.

AP



Ventura Garcês sublinha no encerramento do seminário internacional do CILEA

«É urgente simplificar-se o regime fiscal»



O secretário regional do Plano e Finanças presidiu ontem ao encerramento do XXII Seminário Internacional do CILEA, que decorreu no Centro de Congressos da Madeira, no Funchal. Após agradecer aos organizadores a realização do Seminário na Região, Ventura Garcês começou por realçar que as empresas hoje em dia “enfrentam um grande desafio, não só face a um mundo cada vez mais global, mas também pelas dificuldades e pelas situações dos mercados financeiros”.

Assim, realçou o “papel extremamente importante” dos técnicos oficiais de contas (TOC) no

“acompanhamento das empresas”, sublinhando que

“hoje mais do que nunca é necessário ter as empresas bem organizadas”. Neste âmbito destacou que os TOC são “um companheiro para as empresas” mas também “são um bom parceiro” para o Fisco, salientando o “papel de mediadores” que estes desempenham entre as empresas e o Fisco. Deste modo o governante acentuou que os TOC precisam de ter “uma certa organização e um alto sentido de responsabilidade e de profissionalismo”, sublinhando o papel que estes têm no preenchimento da documentação e “no cumprimento integral da lei”.

Referindo-se à instabilidade da política fiscal em Portugal, Ventura Garcês realçou que tal “cria entraves ao desenvolvimento da economia”, dizendo, por isso, ser “urgente simplificar-se o regime fiscal e estabilizar-se de uma vez por todas as questões fiscais”.

Falou ainda da importância do Centro Internacional de Negócios da Madeira para a economia da Região, aproveitando a oportunidade de estarem presentes representantes de vários países da América Latina para salientar que o CINM “é uma porta aberta para a entradas de empresas no mercado da União Europeia”.

Augusto Soares

Artigo de Economia



“Acabava com todas as zonas francas”

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

Numa opinião muito pessoal, como deixa expresso, o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) entende que, no contexto actual, as praças financeiras com vantagens fiscais deveriam ser todas extintas, isto porque são usadas mais para fraude e evasão fiscal do que, realmente para o desenvolvimento dos territórios onde são criados. António Domingues de Azevedo não faz distinção, ou seja, no mesmo saco está também a da Madeira.

“Provavelmente os madeirenses não vão gostar de ouvir isto, mas acho que não faz sentido manter-se as zonas francas”, atira quando questionado sobre o tema. “Hoje, estas têm-se constituído muito mais zonas francas como refúgios de fraudes complexas, do que como factores de desenvolvimento das regiões onde são criadas”. E reforça: “Se hoje acabássemos com a Zona Franca da Madeira, acho que ela não teria praticamente reflexos nenhuns no desenvolvimento da economia. Mas eu não sou madeirense e não conheço esta realidade, é uma convicção que tenho sobre este aspecto, e até aceito que possa ter alguma limitação na leitura que faço.”

Sem se deter, explica: “Mas, o espírito em que elas foram criadas, que era serem factores de desenvolvimento, de concentração de financiamento e de capitais nessas regiões, deixou de ter esse impacto. As zonas francas funcionam muito mais como paraísos fiscais, em situações que nada têm a ver com essas regiões, do que em investimentos que venham a ajudar. Por isso, sou sincero, eu acabava com todos os paraísos fiscais, todos os ‘offshores’ que existem na comunidade europeia e, se tivesse a oportunidade, de todas as que existem no mundo”.

Baixar impostos só com condições
Polémico e sem meias-palavras, Domingues Azevedo aceitou ainda

comentar as críticas feitas ao Governo Regional da Madeira por não aproveitar a Autonomia conquistada para baixar impostos, acompanhando as medidas do Governo central. “A Autonomia é um termo muito caro para mim, mas tem que ter não só intensidade gráfica como a correspondente expressão prática”, elogia, não sem apontar que há “parâmetros onde deve imperar o valor nacional e a Autonomia ceder quando necessário, como o caso da guerra”.

Neste caso das críticas a Alberto João Jardim, “não vejo mal absolutamente nenhum nessa posição, mesmo porque os últimos acontecimentos nos países árabes devem

BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS ABORDA TEMAS ‘QUENTES’



Domingues de Azevedo aceita que o Governo de Jardim não baixe os impostos.

colocar-nos perante a reflexão de que o mundo evoluiu de tal forma surda em que foram esquecidos alguns valores e as pessoas sentem-se com direitos adquiridos perante esse mundo”, introduz.

A grande questão é “se é possível continuarmos a viver no ritmo que até hoje vivemos”, questiona. “Tenho dúvidas que, pelo menos no mundo europeu, se continue a viver ao ritmo actual. Não se acautelou acordos, principalmente as consequências na deslocalização de determinados sectores de actividade, acabando por criar desequilíbrios de natureza económica e que acabam por ser aliciantes para a fuga dos postos de trabalho de capital intensivo, que a Europa não soube criar”.

Isto para dizer que não é possível ‘fazer omeletes sem ovos’, ou seja, que “não sendo possível todos viverem ao mesmo nível de vida e Portugal, tal como outros países, tendo vivido acima das suas possibilidades, é necessário avaliar que o muito que dermos hoje se poderemos pagar, amanhã, com custos muito mais elevados”. Daí que saliente que “a Autonomia da Madeira terá de ter em consideração se é possível e é sustentável (baixar impostos) e se esta decisão não vá trazer dissabores maiores no futuro”, destaca. “Se isso for consequência de disponibilidade económica, acho maravilhoso que se faça, dentro do risco controlável. Mas temo de ver até onde vai e quanto custará no futuro”.

Domingues de Azevedo criticou ainda a “imoralidade” das contas da Portugal Telecom, que “lucrou 6 mil milhões de euros e não pagou nem um tostão de mais valias, aproveitando um subterfúgio da lei”. É algo que “não é ilegal mas imoral”. Questões do género que, tal como a criação de mais impostos e não garantia do retorno aos empresários dos investimentos feitos, acabam por contribuir para um dos grandes males da sociedade portuguesa, a fraude e a evasão fiscal, à qual contribuem, por exemplo, as zonas francas.

“PROFISSIONAIS OSTRACIZADOS” MAS CIENTES DO SEU PAPEL E DO “INTERESSE PÚBLICO” DAS EMPRESAS

Os TOC, “desde há muito tempo, têm sido uma espécie de profissionais ostracizados relativamente à importância e potencialidades que têm de poderem resolver, de uma forma simples, o que sendo resolvido no momento certo, é simples, mas que não o sendo torna-se complexo e difícil”, assume Domingues Azevedo, face ao papel dos Técnicos Oficiais de Contas no contexto actual de crise. Por outras palavras, “sempre houve

uma conceptualização, errada no meu entender, que as empresas eram pertença dos seus donos e, porquanto a sua gestão ou a importância da sua sobrevivência, dizia respeito a estes e não propriamente a uma concertação ou equilíbrio social necessários”, analisa o Bastonário. “Hoje, as pessoas têm a consciência mais aprofundada de que, surgindo naturalmente da iniciativa dos empresários e com o objectivo de garantir a rentabilidade dos

capitais dos seus donos, as empresas são elementos sociais de grande riqueza no que toca à estabilidade social e de criação de riqueza nacional. Por isso, depois de criadas as empresas deixam de ter um interesse exclusivamente particular dos seus proprietários e passam a ter associado um interesse de natureza pública”, acredita. Domingues Azevedo acredita que os governos e as entidades públicas têm de ter um papel regulador

quanto ao papel das empresas na sociedade, à qual os TOC’s desempenham um papel de interpretação dos dados e de aconselhadores para a melhor gestão das empresas, uma vez que os empresários, em grande maioria, não têm conhecimento aprofundado da legislação. “Somos profissionais imprescindíveis e inevitáveis para o bom funcionamento das empresas e da sociedade, daí o interesse público em reconhecer o nosso papel”, conclui.



O Encontro juntou, no Funchal, técnicos de contas de 13 países.

Jardim receita 'dieta' ao Estado

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnnoticias.pt

Foi um presidente do Governo Regional muito próximo das ideias liberais aquele que esteve ontem na abertura da XXII Conferência Internacional do Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Contas (CILEA), a defender que o sector público nacional deve sofrer uma reforma de redução das suas estruturas e alívio da pressão fiscal sobre cidadãos e empresas. Perante técnicos de contas de 13 países latinos, Alberto João Jardim sublinhou que "o Estado [Português] não precisa de ter a dimensão que tem". Nesse sentido, pediu uma reforma de modo a que a acção do sector público fique limitada às

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DIZ, "NÃO PODE PACTUAR" COM O GOVERNO

áreas próprias da missão social do Estado. "A opção que se está a seguir é de aguentar os interesses dos grandes especuladores financeiros (...). Sobrecarregar as populações com sacrifícios, inviabilizar as pequenas e médias empresas, só para aguentar um Estado monstro, um Estado polvo, isso não pode ser aceite", criticou o governante.

Já à saída da sala onde discursou, Jardim voltou a tocar neste assunto, para dizer que espera maior intervenção do Presidente da República no segundo mandato, que se inicia na próxima semana: "[Cavaco Silva] não pode pactuar com um Governo que só pensa em lançar mais sacrifícios aos portugueses e que é incapaz de reduzir no Estado aquilo que é preciso".

BASTONÁRIO EXIGE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

■ O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), António Domingues de Azevedo, considera que é chegada a hora do Governo da República dar a devida atenção às pequenas e médias empresas (PME), em vez de persistir na "fobia megalómana" que se traduz no privilégio das grandes empresas na distribuição dos apoios estatais e na definição da orientação económica do país. O porta-voz dos técnicos de contas sublinhou que nada tem contra as grandes empresas, mas lembrou que é necessário olhar para a realidade de um país onde

99 por cento das empresas são PME. Nesse sentido, os apoios públicos devem estar de acordo com o papel que os beneficiários assumem na criação de emprego e na dinamização da economia. "Estou de acordo que as grandes empresas proporcionam vertentes muito acentuadas de competitividade, exportação... Os efeitos são imediatos. Mas não podemos esquecer que quando uma empresa de grande dimensão espirra, há muita gente que morre de pneumonia. Quando uma pequena empresa espirra, ela consegue curar-se. Porque é muito mais flexível, consegue reconver-

ter-se às novas realidades", observou o mesmo responsável. Domingues de Azevedo explicou que a União Europeia já compreendeu a relevância do debate desta questão e que é tempo de Portugal também se preocupar com o assunto.

O presidente do executivo madeirense fez coro no reconhecimento da importância das PME, mas numa perspectiva de defesa das liberdades. Na opinião de Jardim, estas empresas "são a espinha dorsal de uma sociedade democrática", pois representam possibilidades de opção quer no consumo quer no investimento.

XXII Seminário Internacional do CILEA

Técnicos oficiais de contas reúnem-se em encontro

Actualizado em 17 de Fevereiro, às 17:41

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) promove, no próximo dia 4 de Março, no Centro de Congressos da Madeira, o XXII Seminário Internacional do CILEA (Comité de Integração de Países Latinos da Europa e da América), o primeiro grande evento da entidade reguladora da profissão no arquipélago.

'A contabilidade e o contabilista nas PME' é o tema escolhido pela organização do seminário, em que serão expostas as diferentes perspectivas da prática contabilística, fiscal e de gestão no actual contexto mundial, com as intervenções de representantes de 13 países de matriz latina, de dois continentes: Portugal, Brasil, Itália, Argentina, França, Bolívia, Espanha, Venezuela, Colômbia, Roménia, México, Peru e Chile.

O tecido empresarial português é composto, de forma esmagadora, por empresas de média e pequena dimensão, facto que o cenário de crise que o País atravessa reforça a pertinência e actualidade do tema.

O Governo Regional associou-se a este acontecimento, que "vai permitir projectar o nome da Região em muitos países latino-americanos".

Já confirmaram a sua participação o presidente do Governo Regional, na sessão de abertura, e o secretário regional do Plano e Finanças, no encerramento.

A Ordem, a maior organização profissional portuguesa, com 75 mil membros (um milhar a residir na RAM), ocupa uma vice-presidência no CILEA, pelo seu bastonário, Domingues de Azevedo. Os TOC podem garantir presença no evento através do site www.otoc.pt/cilea. A participação confere 12 créditos no âmbito do Regulamento de Controle de Qualidade.

Etiquetas

OTOC, Seminário Internacional, técnicos de contas

Ferramentas

Mi place

Tweet 1



+ a a a

Interessante

Achou este artigo interessante?



último comentário

“É cada vez mais importante debater estas...”

por Jota 3

Os mais...

lidos comentados etiquetados

- Jardim manda Marítimo à revisão
♥ 53 comentários
- Alan faz falta sobre Javi Garcia ♥ 42 comentários
- Política e crise não escapam ao Trapalhão
♥ 22 comentários
- Funchal a 'meio gás' em manhã de tolerância de ponto
- A noite madeirense ♥ 9 comentários



Faça a sua assinatura digital...

Outras relacionadas...



Desafios das PME em debate no Funchal

DIÁRIO 2011-02-07 | Seminário internacional reúne especialistas em Março

Desafios das PME em debate hoje

DIÁRIO 2011-03-04 |



Seminário dos Técnicos Oficiais de Contas reúne 300 participantes no Funchal

02/03 15:42 | ECONOMIA |

♥ 1 comentário

Comentários

Escrever comentário

Este espaço é destinado à construção de ideias e à expressão de opinião.
Pretende-se um fórum constructivo e de reflexão, não um cenário de ataques aos pensamentos contrários.

Nome: *

O nome que será apresentado como autor do comentário.

Correio electrónico: *

O conteúdo deste campo é privado e não será exibido publicamente.

Comentar: *



Multimédia

Vídeo Foto-reportagem